

HISTÓRIA ORAL & HISTÓRIA DAS MULHERES: ENTRE SILENCIAMENTOS E MEMÓRIAS

ORAL HISTORY & WOMEN'S HISTORY: BETWEEN SILENCES AND MEMORIES

Nikolas Corrent*

Resumo: O presente artigo versa acerca da história das mulheres por intermédio de suas memórias, bem como seus relatos impetrados pela história oral. Desse modo, analisa-se os conceitos básicos que circundam nossa temática, como a categoria gênero, as relações de poder ao longo da história e o silenciamento das mulheres na historiografia, para que destarte, seja evidenciado de que forma a história das mulheres se consolidou no campo científico. O trabalho fundamentou-se em uma análise bibliográfica e conceitual, empregando autoras e autores como Scott (1994, 1995, 2000, 2008), Tedeschi (2014, 2015), Venson e Pedro (2012) e Salvatici (2005), as quais abordam essa temática em seus descritores. Doravante essa coleta e análise das informações fundamentadas nos autores supracitados, lograram-se os subsídios necessários e pertinentes para a construção deste artigo e, como resultado, verifica-se que a gênese da história das mulheres sucede-se na década de 1960, concomitantemente a consolidação da história oral.

Palavras-chaves: História Oral; Memória; Gênero.

Abstract: This article deals with the history of women through their memories, as well as their reports impetrated by oral history. In this way, we analyze the basic concepts that surround our theme, such as the gender category, power relations throughout history and the silencing of women in historiography, in order to show how women's history has been consolidated in the scientific field. The work was based on a bibliographical and conceptual analysis, using authors such as Scott (1994, 1995, 2000, 2008), Tedeschi (2014, 2015), Venson and Pedro (2012) and Salvatici (2005), which they address this theme in their descriptions. Henceforth, this collection and analysis of information based on the aforementioned authors, the necessary and pertinent subsidies for the construction of this article were achieved and, as a result, it is verified that the genesis of women's history takes place in the 60's, concurrently with consolidation of oral history.

Keywords: Oral History; Memory; Gender.

As concepções e os valores apregoados pelo sistema patriarcalista são responsáveis pela identidade das mulheres, as quais se tornaram submissas a esse sistema aderindo à subjetividade imposta. Diante disso, ao longo do tempo e na historiografia oficial, as mulheres viram suas histórias dissolvidas na historiografia escrita por homens.

Ademais, pode-se constatar que em preponderância, a história de mulheres fora silenciada e esquecida por cientistas das ciências humanas e artistas, fator que evidencia que grande parcela da humanidade parece furtar-se ao exame e, a história tem grandes dificuldades em erigir essa multidão em objeto histórico.

*Doutorando em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Mestre em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). E-mail: nik_corrent@hotmail.com.

Ponderando o exposto, é que emana a presente pesquisa, a qual busca tratar sobre a história de mulheres, que por muito tempo foram marginalizadas e silenciadas dentro da historiografia. Assim, o estudo fornece contribuições importantes para a compreensão da temática, evidenciando como a História Oral pôde contribuir para que as experiências das mulheres se solidificassem na historiografia.

Desse modo, nosso objetivo geral é compreender como a história de mulheres fora concretizada na historiografia. Como objetivos específicos, foram designados: conceitualizar a categoria gênero e suas implicações sociais; evidenciar a efetivação do silenciamento das mulheres na historiografia; identificar a importância da história oral e da memória feminina para a construção da história de mulheres.

Para alcançarmos nossos objetivos supracitados, empregamos neste artigo, o método dedutivo, bem como a análise bibliográfica por intermédio de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, utilizando-se amplamente de um referencial teórico-conceitual. Neste seguimento, utilizamos de autores e autoras que conceituam termos aqui empregados, como Joan Scott (1994, 1995, 2000, 2008), Guacira Lopes Louro (1997), Michelle Perrot (1994, 2005, 2007), Alice L. Laffey (1994), Bonnie Smith (2003) e Simone Beauvoir (1987). Ademais, tratando-se de nosso foco principal, inserimos as concepções de Losandro Antonio Tedeschi (2014, 2015), Anamaria Marcon Venson e Joana Maria Pedro (2012) e Silvia Salvatici (2005).

Gênero e o silenciamento das mulheres na Historiografia

A definição de gênero emprega elucidaciones arcaicas, as quais raramente possuem um conceito sólido e acabado. Consoante, a historiadora Joan Scott (1995, p. 74), “as tentativas dos/as historiadores/as para teorizar o gênero permaneceram presas aos quadros de referência tradicionais das ciências sociais, utilizando formulações há muito estabelecidas e baseadas em explicações causais universais”. Diante de sua análise, Scott sintetiza que “gênero” é empregado como um sinônimo de “mulheres”, sucedendo-se uma substituição dos termos por parte de alguns pesquisadores com o intuito de submeter a mulher ao homem, visto que “[...] “gênero” tem uma conotação mais objetiva e neutra do que “mulheres”” (SCOTT, 1995, p. 75). A historiadora explana ainda que:

Nessa utilização, o termo “gênero” não implica necessariamente uma tomada de posição sobre a desigualdade ou o poder, nem tampouco designa a parte lesada (e até hoje invisível). Enquanto o termo "história das mulheres" proclama sua posição política ao afirmar (contrariamente

às práticas habituais) que as mulheres são sujeitos históricos válidos, o termo “gênero” inclui as mulheres, sem lhes nomear, e parece, assim, não constituir uma forte ameaça (SCOTT, 1995, p. 75).

Desse modo, a autora evidencia que a substituição por gênero adverte que uma informação acerca da mulher é fundamentalmente, também reincidida sobre o homem. Ainda, como afirma Scott (1995, p. 75), “essa utilização enfatiza o fato de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado nesse e por esse mundo masculino”. Diante do exposto, notam-se os desdobramentos da história das mulheres. Como resultado, ela foi escrita de forma que reafirmava a submissão feminina aos homens, então detentores de poder, enquanto as mulheres eram silenciadas pela historiografia oficial. Em síntese, as mulheres tornaram-se esquecidas e invalidadas com o decurso da história.

A historiadora Guacira Lopes Louro (1997) explica que essa condição das mulheres ao longo da história emana de inúmeros fatores, ressaltando como principal: “a segregação social e política a que as mulheres foram historicamente conduzidas tivera como consequência a sua ampla invisibilidade como sujeito — inclusive como sujeito da Ciência” (LOURO, 1997, p. 17). Dessa forma, o discurso e a prática patriarcalista de que as mulheres deveriam se privarem ao mundo doméstico, resultou na sua restrição ao lar e no seu não envolvimento com questões públicas, que por consequência, resultaram na submissão aos patriarcas e no silenciamento na história. Louro afirma ainda que

Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos. O debate vai se constituir, então, através de uma nova linguagem, na qual gênero será um conceito fundamental (LOURO, 1997, p. 21).

Mediante o supracitado por Louro (1997), a história das mulheres é constantemente marcada pela presença e pelos reflexos do sistema patriarcalista. Dessa maneira, a submissão ao homem e sua dependência em relação a ele, as desigualdades de poder e a restrição de vida ao ambiente doméstico são alguns elementos que revelam o cotidiano de diversas mulheres, as quais possuem suas funções e papéis devidamente disseminados pelos patriarcas. Acerca disto, Louro elucida:

Papéis seriam, basicamente, padrões ou regras arbitrárias que uma sociedade estabelece para seus membros e que definem seus comportamentos, suas roupas, seus modos de se relacionar ou de se portar... Através do aprendizado de papéis, cada um/a deveria conhecer o que é considerado adequado (e inadequado) para um homem ou para

uma mulher numa determinada sociedade, e responder a essas expectativas (LOURO, 1997, p. 24).

Conforme essas colocações, a distribuição de algo que remete a mulher ou ao homem é o que mantinha - e mantém - as desigualdades entre ambos. A título de exemplo, a mulher deveria cuidar da casa e da prole, enquanto o homem, incumbia-se de sair para trabalhar e buscar o “sustento” do lar. Diante de todo esse exposto, verifica-se que as mulheres veem sua história dissolvida na história dos homens e, além disso, são silenciadas e esquecidas em determinadas fontes, evidenciando que grande parcela da humanidade parece furtar-se ao exame e a história tem grandes dificuldades em erigir essa multidão em objeto histórico.

A historiadora Michele Perrot (2005) elucida que a escrita sobre as mulheres e, concomitantemente, suas histórias e vivências, consolidaram-se somente no século XX, e a contemporaneidade é assinalada por uma mais intensa pesquisa acerca desse tema. Perrot (2005) evidencia a sua participação nas pesquisas acerca das mulheres, no início dos anos de 1970, desenvolvendo seus trabalhos no âmbito da história e debatendo sobre o silenciamento das mulheres e de suas resistências na narrativa historiográfica. No entanto, a historiadora acredita que as mulheres se encontram mediante a esse silêncio, devido a exacerbada desigualdade entre os gêneros.

Conforme os escritos de Perrot, verifica-se que, as mulheres além de portarem uma história, são elas mesmas que se fazem lembradas. Devido a esse fenômeno, a história das mulheres que antecede o século XX apresenta um caráter embaciado e incongruente, tendo em vista que é descrita, reservadamente, por estudiosos do gênero masculino. Desse modo, nas investigações se encontrava apenas o silenciamento das mulheres. Com essa escassez de informações, a presença das mulheres na história evidentemente não se solidificava. Nessa conjuntura, Perrot assevera:

Evidentemente, a irrupção de uma presença e de uma fala feminina em locais que lhes eram até então proibidos, ou pouco familiares, é uma inovação do século 19 que muda o horizonte sonoro. Subsistem, no entanto, muitas zonas mudas e, no que se refere ao passado, um oceano de silêncio, ligado à partilha desigual dos traços, da memória e, ainda mais, da História, este relato que, por muito tempo, “esqueceu” as mulheres, como se, por serem destinadas à obscuridade da reprodução, inenarrável, elas estivessem fora do tempo, ou ao menos fora do acontecimento. No início era o Verbo, mas o Verbo era Deus, e Homem. O silêncio é comum das mulheres. Ele convém a sua posição secundária e subordinada. Ele cai bem em seus rostos, levemente sorridentes, não deformados pela impertinência do riso barulhento e viril. Bocas fechadas, lábios cerrados, pálpebras baixas, as mulheres só

podem chorar, deixar lágrimas correrem como água de uma inesgotável dor (PERROT, 2005, p. 09).

A partir disso, elucidam-se os reflexos do arcaico sistema patriarcalista, o qual foi o promotor desse silenciamento feminino ao longo dos anos. Perrot (2005) expõe ainda que a religião foi outro fator essencial para que essa conjuntura se consolidasse socialmente, visto a limitação em que as mulheres são submetidas nesse âmbito. Desse modo, relata que

O silêncio é um mandamento reiterado através dos séculos pelas religiões, pelos sistemas políticos e pelos manuais de comportamento. Silêncio das mulheres na igreja ou no templo; maior ainda na sinagoga ou na mesquita, onde elas não podem nem ao menos penetrar na hora das orações. [...] Silêncio até mesmo na vida privada (PERROT, 2005, p. 10).

A doutora em Escrituras Sagradas, Alice L. Laffey ratifica as considerações de Perrot explanando que:

A opressão costuma ser sutil numa cultura patriarcal [...] A estereotipagem das funções dos sexos foi legitimada por muitas religiões e pela sociedade ocidental durante milênios. As mulheres que extrapolam o “seu lugar” e assumem posições normalmente reservada aos homens são “exceções”. As exceções podem até ser louvadas pelos homens – enquanto permanecem exceções. Mas quando há perigo de que a exceção se torne a norma, os homens se rebelam. Consequentemente, o patriarcado funciona melhor quando o sexo oprimido, o sexo feminino, suporta o status quo e opta pela segurança que sua função oferece (LAFHEY, 1994, p. 10).

Diante do exposto, verifica-se que no decurso do tempo, o patriarcalismo e a religião impuseram à mulher uma condição de submissa, por meio da qual, a mesma se tornou dependente do homem, limitada e marginalizada. Ademais, as mulheres foram condicionadas a ocuparem um papel secundário nas mais distintas esferas sociais.

Paralelo a isso, o historiador Losandro Antonio Tedeschi (2014) evidencia que o patriarcalismo incidiu em uma determinante para o silenciamento da mulher na história, tendo em vista que “a historiografia oficial atuou como uma eficaz ferramenta de dominação e de justificação das estruturas existentes, baseadas em uma ideologia posta a serviço do patriarcado” (TEDESCHI, 2014, p. 23-24).

Os fatores que subsidiaram no silenciamento da mulher e na omissão de sua história na historiografia são diversos, no entanto, embora a desigualdade de gênero ainda ocorra em grande escala nas diversas nações do mundo, vemos que na contemporaneidade, inúmeras mulheres romperam com estes padrões e foram em busca

de sua emancipação e da escrita de sua história, como aquelas que impetraram a oportunidade de estudar e alcançar locais e postos que antes, eram destinados apenas aos homens.

Assim, nota-se uma alteração na conjuntura da mulher na contemporaneidade, onde àquelas restritas e acudadas deram espaço para mulheres que, atualmente, vem para contrapor as tradições dessa sociedade ultrapassada, a qual, segundo a historiadora Bonnie Smith (2003), era regida por uma hierarquia onde os homens eram vangloriados por seu intelecto, enquanto as mulheres eram sexualizadas.

Essas mulheres contemporâneas, por meio do empoderamento e da independência, desempenham funções importantes na sociedade atual, sendo possibilitadas de atuarem em diversos segmentos sociais, inclusive, na política, a qual segundo Perrot (2007, p. 151), “de todas as fronteiras, a da política foi, em todos os países, a mais difícil de transpor”.

A filósofa Simone Beauvoir (1987) questiona a desigualdade entre mulheres e homens, não restrita apenas ao silenciamento na historiografia. Sua abordagem critica o sistema patriarcalista, o qual prevê que a mulher deve submeter-se ao homem e, sobretudo, ser designada apenas ao âmbito doméstico. Perrot reflete sobre o lugar da mulher no século XIX explanando que

Os homens do século XIX europeu tentaram, efetivamente, conter o poder crescente das mulheres [...] não só fechando-as em casa e excluindo-as de certos domínios de atividade – a criação literária e artística, a produção industrial e as trocas, a política e a história – mas, mais ainda, canalizando-lhe as energias para o doméstico revalorizado ou, mesmo, para o social domesticado (PERROT, 2005, p. 279).

No entanto, Beauvoir (1987) analisa a contemporaneidade evidenciando a inserção da mulher no mercado de trabalho e, segundo a autora, “é pelo trabalho que a mulher vem diminuindo a distância que a separava do homem, somente o trabalho poderá garantir-lhe uma independência concreta” (BEAUVOIR, 1987, p. 14). As palavras de Perrot (1994, p. 503) corroboram com essa perspectiva, pois “as mulheres souberam apoderar-se dos espaços que lhes eram deixados ou confiados para alargar a sua influência até as portas do poder”.

Nas últimas décadas do século XX, sucederam-se também, mudanças na historiografia, mediante as suas teorias e metodologias, o que resultou em grandes avanços para os estudos sobre as temáticas relacionadas a grupos sociais que se encontravam fora do interesse das pesquisas nas ciências humanas. Pesquisadores e

pesquisadoras começam a se dedicar a temas como: grupos étnicos raciais, camponeses, pessoas comuns e, em especial, as mulheres. Essas mudanças possibilitaram o conhecimento desses campos, os quais anteriormente, eram pouco ou quase nada explorados.

História oral e a memória de mulheres

O resgate de uma história silenciada e depreciada pela historiografia, como a história das mulheres, encetou-se apenas no final da década de 1960, com o advento da história oral. As historiadoras Anamaria Marcon Venson e Joana Maria Pedro esclarecem que:

A história oral é um campo que se propôs originalmente como interdisciplinar, pois articula análises da oralidade amparada nos arcabouços teóricos da história, da literatura, da antropologia, da linguística, da psicanálise. A partir da técnica da entrevista, a história oral se configurou como metodologia propositora de um novo entendimento acerca da memória como fonte histórica, mostrou as diversas temporalidades que destroem a linha do tempo política, colocou em evidência o tempo subjetivo. Não se trata simplesmente da transcrição da entrevista gravada, nem de uma pretensão exclusiva de formar arquivos orais, mas de uma produção de conhecimento histórico com todos os cuidados dispensados a qualquer outra fonte (VENSON; PEDRO, 2012, p. 132).

A historiadora Silvia Salvatici elucida que a história oral emana com o propósito de

[...] inserir as vozes que faltavam, as dos desfavorecidos, a fim de criar uma nova “história vinda de baixo”, enquanto feministas desejavam demonstrar o papel vital desempenhado por mulheres, no passado e no presente, por meio de uma reconstrução do passado (SALVATICI, 2005, p. 29)

Diante disso, a história oral possibilitou uma maior visibilidade histórica aos sujeitos cujos testemunhos ausentam-se nos registros em outros tipos de fontes, como a escrita, ponderada por muito tempo, como a mais confiável e, por vezes, incontestável pelos pesquisadores. Doravante os anos de 1970, tem-se então, uma tomada de consciência acerca dos marginalizados pela historiografia e, além disso, o movimento feminista desempenhou questionamentos e intensas críticas sobre o silenciamento e a exclusão das mulheres na história, reivindicando pela escrita dessa história mediante o resgate da memória desse gênero. Acerca da memória, Tedeschi estabelece:

A memória como categoria de análise pode ser utilizada como ferramenta teórico-metodológica de distintas disciplinas e áreas de trabalho. Como categoria social, refere-se à maneira que diferentes atores e seus usos da memória abraçam o social, o político e as conceitualizações, crenças do sentido comum (TEDESCHI, 2015, p. 334).

Salienta-se que a entrevista incide em uma técnica significativa para a experiência e para a memória, a qual possibilita a construção de uma história oral e, posteriormente, a sua escrita. Venson e Pedro explanam:

A entrevista, uma chamada para a significação da experiência, é ferramenta e fonte tanto da história quanto da antropologia, disciplinas essas que articulam metodologias particulares amparando-se nos estudos sobre a memória, em análises de narrativas, na interpretação daquilo que é lembrado e esquecido, nos contraditos e nas repetições, na elaboração de significados, nos modos de dizer (VENSON; PEDRO, 2012, p. 125).

Foi por intermédio das entrevistas obtidas por meio de fontes orais que se pôde constatar efetivamente que as mulheres eram e são detentoras de uma história, impetrando um respeito por suas vivências solidificadas na área do saber. Ademais, conforme expõe Salvatici (2005, p. 32), “as histórias faladas de mulheres foram consideradas um novo tipo de “verdade”.

A conscientização acerca dos segregados somada aos esforços das feministas, resultaram na busca pela construção da história das mulheres mediante suas memórias. Salvatici (2005) ressalva que “o objetivo político do movimento feminista era dar valor as áreas específicas de experiência feminina, e a história oral forneceu assunções teóricas e soluções metodológicas para caminhar nessa direção” (SALVATICI, 2005, p. 31).

Diante da possibilidade dessa construção, Scott (2008) estabelece que para se escrever a história das mulheres, deve-se ter uma abordagem distinta daquela empregada pelos estudiosos da historiografia oficial. Tedeschi elucida que

Isso significa reescrever a história sob uma perspectiva feminina, interpretar de maneiras diferentes, reformular a análise histórica e revisar conceitos e métodos existentes com o objetivo de converter as mulheres em sujeitos da história, reconstruir suas vidas em toda sua diversidade e complexidade, mostrando como atuaram e resistiram às circunstâncias impostas (TEDESCHI, 2015, p. 334).

O que Scott (2008) e Tedeschi (2015) advertem é que as mulheres, por sua vez, devem ser as protagonistas de suas histórias e não coadjuvantes, como sucedera no decurso do tempo. Assim, deve-se valorizar não somente a memória, mas também as experiências desempenhadas e vividas por elas. De acordo com Salvatici,

[...] o interesse pelas mulheres e o uso de fontes orais ampliaram positivamente o cenário da pesquisa histórica e nele introduziram novos tópicos de investigação, tais como a vida diária, as atividades domésticas e a esfera privada de mulheres comuns (SALVATICI, 2005, p. 31).

Para Tedeschi (2014, p. 29), a história oral não possibilitou apenas a construção da história de mulheres, mas a transformou, “[...] deixando-a de ser uma forma de dominação androcêntrica ou de sujeição a discursos históricos de poder”. Essa afirmativa se justifica, pois, a oralidade viabilizou que as mulheres ditassem sua história consoante suas experiências impetradas pela memória. Assim, passaram a operar como agentes da história e não apenas sujeitos passivos que vivenciaram a história de homens.

Com o advento da década de 1980, a história de mulheres abrangia novas proporções, considerando que se desvinculava apenas do mundo do trabalho e tornara-se uma categoria de análise entre as relações de poder na sociedade, o que resultava na elucidação acerca da invisibilidade destes sujeitos na historiografia. Surgia assim uma conscientização coletiva, onde os questionamentos proferidos anteriormente apenas pelos movimentos feministas, difundiam-se pela sociedade. Para Salvatici

A mudança crucial que teve origem exatamente no início dos anos 1980 ocorreu quando a subjetividade de fontes orais passou a ser vista muito mais como um sinal de força, um indício vital para a modificação da consciência histórica, do que como uma fraqueza intrínseca (SALVATICI, 2005, p. 33)

Desse modo, os relatos que antes demonstravam a fragilidade das mulheres e suas funções atreladas ao lar e a prole, doravante os anos de 1980, passaram a refletir sobre as mulheres enquanto vigorosas, as quais detêm aquele poderio que na historiografia oficial foi conferido apenas aos homens. Concomitantemente, na década de 80 tem-se a origem da categoria gênero, a qual emana, consoante a Venson e Pedro (2012, p. 134) “[...] como uma ferramenta para analisar a construção social e cultural daquilo que se entende por feminino e masculino”. Destarte, “gênero” se apresenta como um elemento intrínseco as relações de poder, fornecendo os subsídios necessários para questionar determinadas condutas e funções estruturalmente atribuídas às mulheres e aos homens.

Cabe ressaltar a função do pós-estruturalismo nesse período, defendido por feministas e identificado como uma corrente filosófica de investigação, pela qual supera a perspectiva estruturalista, visando indeferir nos fundamentos tradicionais da filosofia. Consoante a uma de suas defensoras, Joan Scott (2000), a teoria pós-estruturalista se concebe como uma fonte de rompimento com as arcaicas tradições, as quais definem a

sociedade de forma hierárquica, ponderando a superioridade do homem em detrimento da mulher.

Dessa maneira, o pós-estruturalismo apresenta concepções alternativas acerca da categoria gênero, possibilitando a ruptura com o remoto e indagando novos significados nas relações de poder. Assim, a história de mulheres passa a se estabelecer como um “[...] agente político no qual desafia as premissas pré-estabelecidas, questionando a primazia concebida ao homem, em oposição às mulheres” (SCOTT, 1994, p. 81-83).

Para desafiar as premissas estruturadas historicamente, foi necessária além de uma tomada de consciência, uma incessante busca pela memória de mulheres, por intermédio da qual, possibilitou-se que a oralidade construísse suas histórias. De acordo com Venson e Pedro (2012, p. 135), a oralidade “trouxe, portanto, novas possibilidades de explorarmos experiências de pessoas comuns e acontecimentos da vida privada”, e além disso, possibilitou que as mulheres fossem detentoras de uma história solidificada por si mesmas.

A fonte oral se apresenta, portanto, duplamente armada: nos oferece a chance de transitar por domínios entendidos como privados, particulares, considerados irrelevantes para a esfera pública e, mais ainda, nos permite visitar percursos de rememoração da experiência de constituição da sujeita por ela mesma (VENSON; PEDRO, 2012, p. 135).

A “nova” forma de fazer história com o auxílio da memória e da oralidade, foi fundamental para a descoberta de novas histórias excluídas e apagadas pela historiografia oficial, como a de mulheres, e isso, ocasionou

[...] uma profunda transformação na historiografia, que alcançou inúmeros aspectos do estudo da ciência histórica, os quais abriram o horizonte do conhecimento a uma extensa área até então desconhecida. Essa nova história libertou a ciência histórica de estruturas, métodos e interpretações, pois obrigava a sacudir as velhas práticas rígidas e patriarcais que impediam a incorporação de novos sujeitos na história” (TEDESCHI, 2015, p. 333).

A investigação sobre a memória de mulheres, possibilitou que determinadas experiências tanto individuais quanto coletivas que adormeciam no passado, abiscoitassem espaço no presente, concedendo voz as mulheres e visibilidade para suas histórias dentro da historiografia que se sucede a década de 1960. Esse fator torna-se relevante não somente para o cenário científico, mas também, devido a valorização das mulheres na história, as quais foram possibilitadas de se sentirem pertencentes a história coletiva.

A memória, embora seja concebida com algumas imperfeições, é fruto de uma aquisição, tanto cognitiva quanto social, sendo constantemente atualizada pela lembrança. Para Ecléa Bosi (1994), a memória pessoal deve ser considerada uma memória social, familiar e grupal. A autora corrobora com a ideia de que a rememoração é dirigida pela vida contemporânea, pelo ambiente social e pela imaginação da pessoa que está lembrando. Nessa concepção, considera-se que tudo aquilo que se recorda, ignora ou se esquece, se refere a uma indigência na ocasião presente dos sujeitos, que os induz a relembrar. As lembranças são reconstituídas, evidenciando a veemência de quem fez a escolha daquilo que deve continuar eternizado em sua história de vida: “Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas ideias, nossos juízos de realidade e de valor” (BOSI, 1994, p. 17).

O ato de lembrar-se não se restringe apenas ao retrocesso ao passado, mas também se refere a uma maneira de reatualizá-lo e de reconstruí-lo no presente, sendo de suma importância para o desenvolvimento da história e, por consequência, da humanidade, o que para Bosi (1994) pode ser entendido como memória-trabalho. Para Halbwachs (1990, p. 75), “[...] a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente” e, dessa forma, “[...] na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado” (BOSI, 1994, p.17). É importante evidenciar que o lembrar é recriar experiências marcadas também pelo gênero. Muitas vezes, as memórias de mulheres ascendentes de imigrantes ucranianos podem ser talhadas por aspectos atribuídos pela cultura patriarcal, e tornam-se fragmentadas e desconexas, de acordo com as narrativas materializadas coletivamente, pelas relações de poder, histórica e coletivamente construídas.

Nesse quesito, as percepções das mulheres sobre o passado estão imbricadas em lembranças de suas experiências, inclusive no que diz respeito às relações de gênero, uma vez que estas fazem parte do procedimento de constituição da própria subjetividade. A produção da narrativa histórica toma novos e distintos objetos de conhecimento ao questionar as relações de gênero. Assim sendo, Marina Maluf (1995) apresenta a perspectiva de que a experiência de vida promove diferentes experiências no dia a dia de homens e mulheres, com base na incubação social da percepção sobre as diferenças corporais, e imputação de papéis e significações ao masculino e feminino, a qual,

obrigatoriamente, acaba derivando em algumas particularidades ao ato de rememoração do passado gerado por eles. Para Mario Martins Viana Junior (2011):

É certo que a memória não é biologicamente sexuada, contudo, ela é historicamente sexuada. Não é o fato de nascer homem ou mulher que implica uma forma exclusiva de pensar. Ao corpo biológico não está vinculada nenhuma forma de lembrar. É sim o fato de vivenciar experiências como homens e mulheres, isto é, seguindo ou desafiando papéis sociais estabelecidos de acordo com o sexo, que certamente implica formas específicas de memória (VIANA JR., 2011, p. 79).

De modo igual, Elizabeth Jelin (2001) compreende que mulheres e homens possuem desenvolvimentos de memória dessemelhantes e diferentes modos de delinear suas memórias. Para a autora, as mulheres possuem a tendência de rememorar os eventos com um maior detalhismo, enquanto os homens são mais generalizantes e superficiais. Além disso, as mulheres evidenciam suas emoções e sentimentos, citando mais as questões íntimas e as relações pessoais.

Os limites de suas rememorações são as afinidades familiares, porque o tempo subjetivo delas está aparelhado e ligado a acontecimentos reprodutivos e a conexões afetivas (JELIN, 2001). Rememorar, segundo Marina Maluf (1995), é uma tentativa de organizar um tempo sentido e vivido do passado, e reencontrado pela vontade de lembrar, sendo, portanto, um ato de intervenção no caos das imagens guardadas: “Acompanhar o reencontro das imagens reconstituídas de outros tempos é um modo de conhecer o lugar do qual essas mulheres falam, como falam e a importância que atribuem ao seu lugar e aos fatos narrados” (MALUF, 1995, p. 89).

Anamaria Venson e Joana Maria Pedro (2012) ponderam que a memória, e o seu uso como fonte de conhecimento, são práticas permeadas por relações de poder, e datadas. Nesse entendimento, o ato de rememorar é concebido dentro de uma relação de poder. Sendo assim, vale lembrar que “[...] quem narra suas lembranças recria e comunica experiências marcadas pelas diferenciações estabelecidas pelas construções de gênero” (TEDESCHI, 2014, p. 19). Joana Maria Pedro (2005) destaca o papel fundamental do gênero, entendendo-o como uma categoria relacional, e, também, como sendo todo o aspecto político, cultural e social dos sujeitos na história.

Michelle Perrot (1989), ao debater a especificidade da memória feminina, afirma que ela deixa de existir se for ancorada na natureza e no biológico. Porém, existiria uma peculiaridade, na medida em que as práticas socioculturais, atualizadas nas operações que compõem a memória, estão imbricadas nas relações masculinas/femininas reais e, como elas, são resultados de uma história. A memória, configuração de relação com o tempo e

o espaço, seria intensamente sexuada. Ademais, a autora destaca que a memória é caracterizada e estruturada por papéis sociais. Em suas palavras: “A memória passa mais pelo modo de vida que pela variável sexo [...], sua sexualização seria constitutiva do debate das determinações sócio-históricas do masculino e do feminino” (PERROT, 1989, p.18).

Salvatici (2005, p. 41) elucida que “a história oral de mulheres contribuiu para expandir as fronteiras da história” e, “além disso, a complexidade das narrativas de mulheres e suas múltiplas perspectivas sobre o passado contribuíram para dar destaque às contradições e repressões do discurso público”. Assim, foram desconstruídos certos valores historicamente disseminados pelo patriarcalismo, sistema que ocultou e, por vezes, dissipou a presença e importância das mulheres na historiografia.

Considerações finais

Na contemporaneidade, verifica-se uma expansão nas pesquisas que aludem à categoria gênero e a história das mulheres, sobretudo, devido a influência do movimento feminista e a necessidade em prosseguir com a valorização das mulheres propensos a dizimar o patriarcalismo e, concomitantemente, a histórica submissão das mulheres aos homens.

A proposta desse artigo, visou analisar a solidificação da história das mulheres na historiografia, a qual procede de suas memórias, e das narrativas alcançadas com o auxílio da história oral. Desse modo, encetamos o estudo abordando e conceituando a categoria gênero, bem como, explanado as relações de poder ao longo da história, que resultou no silenciamento das mulheres na historiografia, justificado por sua submissão aos homens.

Aludindo especificamente sobre a história de mulheres, evidenciou-se ao longo da pesquisa que tal história associa-se ao advento da história oral na década de 1960, considerando que foi através desta metodologia e da memória feminina, que as mulheres foram ouvidas e dialogaram com entrevistadores sobre suas experiências. Nesse período, o foco das investigações referia-se as atividades domésticas e associadas a família.

No entanto, doravante os anos de 1980 e a origem da categoria gênero, a conjuntura da história de mulheres se modifica, possibilitando que as relações de poder fossem questionadas e concedendo um maior espaço e visibilidade para a história de mulheres dentro da historiografia. É nesse contexto que o silenciamento mais foi questionado, resultando em críticas à desconstrução de normas e valores patriarcalista.

Atualmente - conforme exposto -, a história de mulheres se encontra difundida nas ciências e, além disso, verifica-se que as mulheres constroem através da própria escrita, suas histórias e de muitas outras. Contudo, cabe ressaltar que a historiografia, embora “renovada” ainda guarda, mesmo que escasso, vestígios do que era oficial, concedendo mais visibilidade ao homem, do que a mulher.

Referências bibliográfica:

BEAUVOIR, Simone. *O Segundo Sexo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1987.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

DOSSE, François. *História e ciências sociais*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

DUBY, George; PERROT, Michelle. (Orgs.). *História das Mulheres: o século XIX*. Lisboa: Afrontamento, 1994.

LAFHEY, Alice L. *Introdução ao Antigo Testamento: perspectiva feminista*. São Paulo: Paulus, 1994.

LOURO, Guaciara Lopes. *Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 6ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MALUF, Marina. *Ruídos da memória*. São Paulo: Siciliano, 1995.

PEDRO, Joana Maria. *Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica*. São Paulo: História, 2005, p. 77-98.

PERROT, Michelle. *As Mulheres ou os Silêncios da História*. Bauru, EDUSC, 2005.

PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: Operários, Mulheres, Prisioneiros*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, n. 18, p.9-18, 1989.

SALVATICI, Silvia. Memórias de Gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. *História Oral*, Vol. 8, Nº 1, p. 29-42, jan.-jun. 2005.

SCOTT, Joan W. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp. 2000.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, 20(2): 71-99, Porto Alegre/RS, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em 28 ago. 2020.

SMITH, Bonnie. *Gênero e História: Homens, Mulheres e a Prática Histórica*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

TEDESCHI, Losandro Antonio. *Alguns Apontamentos sobre História Oral, Gênero e História das Mulheres*. Dourados, MS: UFGD, 2014.

TEDESCHI, Losandro Antonio. Os lugares da História Oral e da Memória nos Estudos de Gênero. *OP SIS*, Catalão, Vol. 15, Nº 2, p. 330-343, 2015.

VIANA JUNIOR, Mario Martins. Rasuras e contingências: (entre) laços do feminismo, do gênero, da memória e da escrita da História, In: *Por linhas tortas: Gênero e interdisciplinaridade-I*. Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar, 2011.

VENSON, Anamaria Marcon; PEDRO, Joana Maria. Memórias como fonte de pesquisa em história e antropologia. *História Oral*, Vol. 15, Nº 2, p. 125-139, jul.-dez. 2012. Disponível em: <http://www.revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&-page=article&op=view&path%5B%5D=261&path%5B%5D=293>. Acesso em 03 jan. 2022.

Texto recebido em 15 de janeiro de 2022.

Aceito para publicação em 8 de junho de 2022.